

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 25509263/2025 - SES.URE.CON

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Trata-se de processo para Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica - Grupo 02, Diagnóstico por Radiologia - Subgrupo 04, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS, acrescido de complemento do Município.

1.2 - Considerando que saúde é de natureza essencial.

1.3 - Considerando a Constituição Federal, que em seu Artigo 196, aponta a saúde como dever do Estado.

1.4 - Considerando que para tal cumprimento se faz necessária a oferta de ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde da população.

1.5 - Considerando que para tal cumprimento também se faz necessária a aquisição de bens e serviços.

1.6 - Considerando que exames de imagem são uma das principais ferramentas para prevenir, diagnosticar e apoiar abordagens terapêuticas.

1.7 - Considerando que a radiografia é o exame de imagem mais antigo e comum, além de ser relativamente seguro, de baixo custo e não invasivo.

1.8 - Considerando que o exame de radiografia é um procedimento muito utilizado para avaliação de estruturas ósseas, dentes, órgãos e estruturas internas, além de guiar procedimentos intervencionistas, como biópsias e cirurgias.

1.9 - Considerando que o município não conta na rede pública com número de profissionais suficientes para atendimento à demanda.

1.10 - Considerando que o município não conta na rede pública com estruturas física e tecnológica suficientes para atendimento à demanda.

1.11 - Desta forma, torna-se imprescindível o edital de credenciamento para efetivação desta máxima.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - A Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada por meio do Decreto nº 64.109/2024 prevê que o Plano de Contratações Anual poderá ser exigido a partir do exercício 2024, porém, **apesar de até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não ter divulgado o Plano de Contratações Anual do exercício de 2025**, a presente contratação está prevista no plano de ações da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville para o ano de 2025.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 - Requisitos para o credenciamento:

3.1.1 - Trata-se de processo para credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica - Grupo 02, Diagnóstico por Radiologia - Subgrupo 04, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS, acrescido de complemento do Município.

3.1.2 - A Secretaria de Saúde contratará todos os interessados que preencherem as condições e exigências do edital de credenciamento, sendo que inexistente a possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

3.1.3 - Não haverá número mínimo ou máximo de contratados.

3.1.4 - Poderão participar do certame pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos do município de Joinville, legalmente constituídas, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeiro, regularidade jurídico-fiscal e que satisfaçam as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.

3.1.5 - A participação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável de todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

3.2 - Não será admitido para o credenciamento:

3.2.1 - Cujos sócios, diretores ou gerentes sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Joinville.

3.2.2 - Que tenha sido punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Joinville.

3.2.3 - Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão público Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

3.2.4 - Em falência ou concordata, que se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

3.2.5 - Hospitais contratualizados por meio de convênios firmados com a Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Joinville.

3.3 - Gestão:

3.3.1 - A gestão do termo contratual será realizada pela Secretaria da Saúde de Joinville, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, Unidade de Regulação, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado.

3.3.2 - Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização verificar o cumprimento de todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.

3.3.3 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização poderá realizar visitas a qualquer tempo e sem necessidade de aviso prévio.

3.4 - Cronograma:

3.4.1- A CONTRATADA terá 05 (cinco) dias úteis, a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica e da concessão dos acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão, para disponibilizar ao Serviço de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville, no sistema, a oferta de vagas para o agendamento dos usuários, com data, hora e endereço para realização do atendimento.

3.4.2 - A prestação de serviços deverá iniciar, em todos os seus termos, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica.

3.4.3 - O edital de credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado.

3.4.4 - A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo será de 24 (vinte e quatro) meses de execução, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.4.5 - O prazo de vigência contratual será de 26 (vinte e seis) meses de vigência, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

3.5 - Pagamentos:

3.5.1 - Os valores deverão estar em conformidade com a Programação Físico-Orçamentária.

3.5.2 - A Programação Físico-Orçamentária poderá ser revista a qualquer momento, considerando que a modalidade de credenciamento prevê a inclusão de novos prestadores.

3.5.3 - Os procedimentos e valores constam na "Tabela de Procedimentos" e na "Tabela de Valores" do edital de credenciamento.

3.5.4 - Não serão aceitas quaisquer alegações que visem o ressarcimento de valores não considerados no edital de credenciamento.

3.5.5 - Poderá haver acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do "Contrato".

3.5.6 - Para fins de pagamentos, o prestador deverá apresentar comprovação de regularidade trabalhista, previdenciária e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de outros documentos que comprovem a regularidade jurídico-fiscal.

3.5.7 - O pagamento será efetuado de acordo com as medições apresentadas mensalmente, sendo que as medições deverão refletir apenas os serviços solicitados por profissionais da Prefeitura Municipal de Joinville e efetivamente prestados.

3.5.8 - Em caso de atraso na entrega das medições, o pagamento será retardado proporcionalmente, sem que haja direito a juros ou qualquer valor adicional.

3.5.9 - Poderão ser incluídos ao edital novos procedimentos do grupo de Radiologia, conforme atualização da Tabela SIGTAP/SUS e publicação de errata.

3.5.10 - O reajuste será concedido na mesma proporção em que houver sido atualizada a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM SIGTAP/SUS, em conformidade com o Ministério da Saúde e Conselho Nacional

de Saúde, após a publicação no Diário Oficial da União. Não serão concedidos reajustes anuais.

3.5.10.1 - O reajuste será aplicado uniformemente a todos os contratados, independente da data de assinatura do contrato.

3.6 - Documentos para credenciamento:

3.6.1 - Alvará sanitário vigente.

3.6.1.1 - Na desobrigação do item anterior, apresentar Documento de Dispensa de Alvará Sanitário emitido pela Unidade de Vigilância Sanitária do Município.

3.6.2 - Comprovação de inscrição e atualização dos dados e requisitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

3.6.3 - Comprovação de inscrição da unidade e dos profissionais no respectivo órgão de classe, cuja situação deverá estar ativa e regular.

3.6.4 - Solicitação formal de credenciamento (Solicitação de Credenciamento - ver anexo), indicando os procedimentos para os quais solicita o credenciamento

3.6.5 - Declaração de Aceitação dos Preços (ver anexo).

3.6.6 - Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal (ver anexo).

3.6.7 - Declaração com horários e capacidade mensal da oferta (Modelo de Capacidade de Oferta - ver anexo).

3.6.8 - Declaração com relação de equipamentos (especificar e quantificar), contendo marca, modelo e número de registro na ANVISA, quando obrigatório.

3.6.9 - Atestado de Capacidade Técnica, de prestação de serviço compatível com o quantitativo do(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

3.6.10 - Comprovação de que o responsável técnico possui vínculo com o proponente, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social.

3.7 - Descredenciamento:

3.7.1 - Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Joinville descredenciar, por meio da Comissão Acompanhamento e Fiscalização por:

3.7.1.1 - Descumprimento de quaisquer condições e exigências do edital de credenciamento.

3.7.1.2 - Inexecução total ou parcial das condições e exigências do edital de credenciamento.

3.7.1.3 - Inexecução de quaisquer dos serviços sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

3.7.1.4 - Cobrança ou recebimento de qualquer valor de terceiros.

3.7.1.5 - Atentar contra os princípios da Administração Pública.

3.7.1.6 - Revogar o edital de credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização, mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

3.7.1.7 - Em todos os casos, a ampla defesa está garantida.

3.7.1.8 - O prestador também poderá requerer seu descredenciamento, por meio de declaração apresentada à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, mas garantindo-se a prestação de todos os serviços até a data da revogação.

3.8 - Obrigações da CONTRATADA:

3.8.1 - Deverá cumprir todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.

3.8.2 - Deverá zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do "Contrato", as condições de habilitação e de qualificação exigidas, incluindo manutenção e assistência técnica dos equipamentos necessários para a execução dos serviços.

3.8.3 - Deverá atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação de seus serviços, conforme a Portaria nº 1/2017 que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde.

3.8.4 - Deverá afixar aviso em local visível de sua condição de entidade integrante do Sistema Único de Saúde (SUS) anexo 0020925713, constando a gratuidade dos serviços prestados.

3.8.5 - Deverá entregar, quando solicitado pelo usuário ou responsável, documento comprobatório de que a assistência foi prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sem custos adicionais.

3.8.6 - Deverá responsabilizar-se integralmente por danos causados, ação ou omissão aos usuários, aos funcionários e a terceiros em caso de acidentes durante a prestação dos serviços.

3.8.7 - Deverá responsabilizar-se integralmente pelos funcionários, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício.

3.8.8 - Deverá apresentar, sempre que solicitado, relatórios e indicadores de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, os serviços prestados.

3.8.9 - Deverá executar o objeto em sua totalidade.

3.8.10 - Deverá se responsabilizar por todas as despesas necessárias à execução do objeto.

3.8.11 - Deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à perfeita execução do objeto.

3.8.12 - Deverá iniciar a oferta de vagas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do "Contrato" e da concessão dos acessos e permissões.

3.8.13 - Deverá iniciar os serviços em todos os seus termos em até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do "Contrato".

3.8.14 - Deverá enviar a grade de horários de agendamento, até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, para, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos.

3.8.15 - Deverá prestar serviço a todos os usuários que forem devidamente autorizados, agendados e encaminhados com "Protocolo de Agendamento" pela Secretaria de Saúde.

3.8.16 - Deverá apresentar até o 5º (quinto) dia útil do mês, os "Protocolos de agendamento" e demais documentos que possam ser solicitados pela Secretaria de Saúde.

3.8.17 - Deverá se responsabilizar pela criação e manutenção da agenda, recepção do usuário, baixa do procedimento realizado, fechamento da produção e emissão de laudos, respeitando os prazos previstos.

3.8.18 - Deverá comunicar imediatamente ou até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, a inexecução de qualquer dos serviços.

3.8.19 - Deverá justificar por escrito (e-mail), em até 3 (três) dias corridos, a inexecução de qualquer dos serviços e, em até 15 (quinze) dias corridos, solucionar a questão. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização analisará a justificativa e poderá repassar o objeto para outro prestador.

3.8.20 - Deverá comunicar e justificar por escrito (e-mail), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, sobre a impossibilidade temporária ou redução da oferta de qualquer dos serviços, salvo nas situações de infortúnio, cujo comunicado deverá ser imediato.

3.8.21 - Deverá comunicar e justificar por meio de Comunicação Oficial assinada e protocolada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, sobre a alteração definitiva da capacidade instalada ou da oferta de qualquer dos serviços. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização analisará a justificativa e poderá revogar o credenciamento.

3.8.22- Obrigações da CONTRATADA específicas do objeto:

3.8.22.1 - Local: Localizado no município de Joinville. Legalmente destinado a esta finalidade e que cumpra as exigências sanitárias e as normas regulamentadoras vigentes. Também deverá oferecer ambiente acolhedor, além de estar adequado aos usuários com deficiência, conforme as normas de acessibilidade vigentes.

3.8.22.2 - Em caso de realização de exames com contraste: É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento do contraste.

3.8.22.3 - A indicação, posologia, via de administração e prescrição de contrastes é do médico do Serviço de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

3.8.22.4 - A administração de contraste deve ser feita sob responsabilidade do médico do serviço, que deve estar no espaço físico durante todo o tempo do exame contrastado e acessível no caso de intercorrências que requeiram atendimento presencial.

3.8.22.5 - Em caso de realização de exames com contraste o serviço deve possuir carro de emergência equipado no mínimo com: Cânulas orofaríngeas (Guedel), Desfibrilador Externo Automático (DEA), Fonte (fixa ou cilindro) de oxigênio com máscara aplicadora e umidificador, Oxímetro de pulso, Ventilador manual do tipo balão auto inflável com reservatório e máscara, Seringas, agulhas e equipo para aplicação endovenosa, Escalpe, butterfly e intracatch (com todo o material para introdução), EPI para atendimento das intercorrências (luvas, máscaras e óculos), Medicamentos para atendimento de parada cardiorrespiratória e anafilaxia (adrenalina, água destilada, dexametasona, diazepam, dipirona, glicose, hidrocortisona, prometazina, soro fisiológico).

3.8.22.6 - Os laudos poderão ser emitidos por meio de telerradiologia.

3.8.22.7 - Caso os laudos sejam emitidos por telerradiologia, a contratada deverá cumprir na íntegra a Resolução CFM nº 2.107/2014, que define e normatiza a telerradiologia, e a Resolução CFM nº 2.314/2022, que define e regulamenta a telemedicina, como forma de serviços médicos mediados por tecnologias de comunicação, e outras legislações que venham a complementar ou substituir.

3.8.22.8 - Caso os laudos sejam emitidos por telerradiologia, o paciente deverá autorizar a transmissão das suas imagens e dados por meio da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3.8.22.9 - Será responsabilidade da CONTRATADA a obtenção da autorização do paciente e guarda do TCLE, nos termos da legislação vigente.

3.8.22.10 - A CONTRATADA deverá assinar o Termo de Confidencialidade contido no Anexo 0021923943.

3.8.22.11 - O recebimento provisório ocorrerá na baixa do procedimento item 3.10.8 - Da baixa do procedimento realizado.

3.8.22.12 - O recebimento definitivo ocorrerá na entrega Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), item 3.10.12, e conferências dos laudos.

3.8.22.13 O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação.

3.8.22.14 Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os serviços não correspondem ao exigido no Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações do contrato, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

3.9 - Equipe mínima:

3.9.1 - Responsável técnico médico devidamente registrado e regular no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CRM-SC) e também com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

3.9.2 - Médico(s) inscritos e regulares no CRM e com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

3.9.3 - Todos os médicos que atuarem no credenciamento para emissão de laudos de forma presencial deverão possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, estar inscritos e regulares no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina e estar cadastrados no CNES da empresa contratada.

3.9.4 - Todos os médicos que atuarem no credenciamento por meio de telerradiologia deverão possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Radiologia e Diagnóstico por Imagem, estar inscritos no Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição e estar cadastrados no CNES da empresa contratada.

3.9.5 - Técnicos de Radiologia com o registro profissional junto ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, CRTR da 11ª Região (SC).

3.9.6 - Equipe de apoio suficiente para atender ao objeto do credenciamento.

3.9.7 - Estrutura conforme roteiro de visita técnica.

3.9.8 - Não será admitida a subcontratação do objeto, salvo mediante autorização expressa da Administração.

3.9.8.1 - Todos os médicos que atuarem no credenciamento deverão ser previamente autorizados pela CONTRATANTE.

3.9.9 - Para efeitos da composição da equipe, consideram-se profissionais da CONTRATADA os membros do seu corpo clínico, os profissionais que tenham vínculo de emprego com a CONTRATADA, os profissionais autônomos que, eventual ou constantemente, prestam serviços à CONTRATADA, se por esta são autorizados.

3.9.9.1 - Equipara-se ao profissional autônomo a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou o conglomerado de profissionais que exerça atividades na área da saúde.

3.10 - Sistema de informação eletrônico:

3.10.1 - O prestador deverá registrar todos os atendimentos realizados em prontuário eletrônico e nos sistemas de informação definidos pela Secretaria de Saúde, conforme Conselhos de Classe, Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, Título I, Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 63, de 25 de novembro de 2011, Resoluções CFM nº 2.107/2014 e CFM nº 2.314/2022, e outras que venham a substituir ou complementar.

3.10.2 - O prestador deverá dispor de no mínimo 1 (hum) computador contendo navegador Google Chrome ou Mozilla Firefox na versão mais atualizada.

3.10.3 - Da instalação do sistema: o sistema rodará em plataforma WEB e está homologado para uso nos browsers Google Chrome e Mozilla Firefox, preferencialmente de versões mais atualizadas. Faz-se necessária uma ativação de cada estação para que a mesma possa estar autorizada para uso. Esta ativação será realizada pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde.

3.10.4 - Das permissões e acessos: os acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão serão realizados pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde, desde que todo o cadastro do prestador esteja devidamente atualizado, com todos os profissionais de saúde e da área administrativa vinculados ao CNES.

3.10.5 - Do fluxo de operação do sistema (módulo prestador):

3.10.6 - Da criação e manutenção de agenda: o prestador deverá gerar diretamente no sistema a sua oferta de vagas em formato de agenda, até o limite estipulado em contrato, definindo dias e horários para realização dos atendimentos. A manutenção destas vagas, bem como as possíveis manipulações de datas, horários e tempo de atendimento do paciente ficarão a cargo do prestador. O sistema fará o controle a partir das baixas realizadas pelo prestador, considerando o teto mensal financeiro e/ou físico estipulado em contrato.

3.10.7 - Da recepção do usuário: o prestador fará a recepção do usuário no sistema a partir da digitação da chave de acesso gerada no protocolo de agendamento que será apresentado pelo paciente no dia do atendimento.

3.10.8 - Da baixa do procedimento realizado: após realizado o atendimento, o prestador deverá dar baixa no sistema para que assim seja gerado seu Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), ou seja, a produção será contabilizada a partir das baixas realizadas. É obrigação do prestador que a baixa seja efetuada no mesmo dia em que o paciente tenha sido atendido.

3.10.9 - Do fechamento da produção: o prestador deverá fechar sua produção no Sistema Integrado de Gestão no primeiro dia útil do mês subsequente ao de atendimento.

3.10.10 - A critério da CONTRATANTE, poderá ser exigido que a CONTRATADA insira o laudo no Sistema Integrado de Gestão do município.

3.10.10.1 Do lançamento dos laudos emitidos: a CONTRATADA ou deverá digitar manualmente cada laudo no Sistema de Gestão da Secretaria da Saúde para que estas informações estejam disponíveis no Prontuário Eletrônico do paciente ou integrar seu sistema com o Sistema da Secretaria da Saúde. Para fazer esta integração, o prestador deverá seguir o **Manual iPSO - Guia de Integração LIS**, (anexo sei 0021910871, 0021910902) disponibilizado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação em Saúde (SES.NTI), que detalha todo processo. As despesas de implementação e homologação desta integração são de exclusiva responsabilidade do prestador. Os laudos deverão ter certificação de assinatura digital em consonância com a legislação vigente.

3.10.11 - Dos procedimentos para faturamento no sistema:

3.10.12 - Boletim de Produção Ambulatorial (BPA): fica dispensado o envio eletrônico destes arquivos para a Secretaria da Saúde, uma vez que todo processo de faturamento será feito de forma central diretamente no sistema pela equipe interna da Secretaria da Saúde a partir dos procedimentos que forem baixados eletronicamente no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde.

3.10.13 - Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC): procedimentos que exigem registro em APAC deverão ser lançados no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde, incluindo a digitação e/ou integração do laudo. Porém, a produção deverá ser digitada e apresentada via sistema APAC MAGNÉTICO do Ministério da Saúde.

3.10.14 - Envio da Produção ao Ministério da Saúde: O arquivo gerado pelo Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde será importado no Sistema de Faturamento do Ministério da Saúde e a apuração da produção será feita baseada nos relatórios deste sistema.

3.10.15 - Eventuais inconsistências (erros e/ou bloqueios) no arquivo de produção deverão ser sanadas em até 2 (dois) dias corridos.

3.10.16 - Em caso de realização de telerradiologia, a CONTRATADA deverá dispor de equipamentos, acessórios, hardware e softwares para possibilitar a realização de laudos médicos, garantindo condições de enviar e receber os dados que deverão ter assinatura eletrônica dos profissionais habilitados pelo seu respectivo conselho, conforme Resoluções CFM nº 2.107/2014 E CFM nº 2.314/2022.

3.10.16.1 Os sistemas informatizados utilizados para transmissão e manuseio dos dados clínicos, dos laudos radiológicos, bem como para compartilhamento de imagens e informações, devem obedecer às normativas do Conselho Federal de Medicina. Especificamente para telerradiologia, os sistemas devem atender aos requisitos obrigatórios do "Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2)", estabelecida no Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde vigente, editado pelo CFM e Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS).

3.11 - Obrigações da CONTRATANTE:

3.11.1 - Deverá cumprir e fazer cumprir todas as condições e exigências do edital de credenciamento, da legislação correlata e das normas ambientais.

3.11.2 - Deverá prestar todas as informações necessárias que venham a ser solicitadas sobre o edital de credenciamento.

3.11.3 - Deverá conceder todos os acessos e permissões necessários para a utilização dos sistemas de informação.

3.11.4 - Deverá acompanhar e fiscalizar o cumprimento de todas as condições e exigências do edital de credenciamento e da legislação.

3.11.5 - Deverá controlar, avaliar e auditar a prestação dos serviços e os relatórios apresentados.

3.11.6 - Deverá efetuar o pagamento em conformidade com o edital de credenciamento, desde que cumpridas todas as condições e exigências.

3.11.7 - Deverá notificar sobre inexecução, falha ou irregularidade dos serviços.

3.11.8 - Deverá intervir no objeto, se necessário, visando proteger o interesse público.

3.11.9 - Deverá realizar o agendamento respeitando o sistema de rodízio.

3.11.10 - Deverá efetuar visitas técnicas nas instalações dos prestadores para conferir o cumprimento dos requisitos do Credenciamento assim como para certificar o cumprimento dos requisitos do Contrato.

3.12 - Rodízio:

3.12.1 - Havendo mais de um credenciado, o agendamento ocorrerá em sistema de rodízio.

3.12.2 - O rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo o primeiro credenciado o primeiro a prestar os serviços e assim sucessivamente.

3.12.3 - Caso ocorra a homologação de mais de uma credenciada na mesma data, estes serão ordenados cronologicamente daquela que primeiro apresentou os documentos, considerando a data/hora registrada no envio do e-mail.

3.12.4 - Será respeitada a fila de espera atual, de acordo com a classificação de urgência, prioridade e rotina, conforme Portaria 252/2021/SMS (0010451645), ou na forma de outro ato normativo que a substitua.

3.12.5 - Os pacientes agendados mensalmente serão comunicados pela Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e deverão retirar o protocolo de agendamento no local indicado pelo operador do aviso. Este documento deverá ser apresentado, obrigatoriamente, no dia da realização do atendimento.

3.12.6 - Os usuários que porventura faltarem ao atendimento sairão da fila de espera, conforme Portaria 252/2021/SMS (SEI 0010451645) ou na forma de outro ato normativo que a substitua, salvo motivo justificado.

3.13 - Laudos:

3.13.1 - Deverá fornecer laudo contendo, no mínimo, **3 (três) dados** de identificação do usuário, procedimento realizado, região analisada, técnica empregada, imagens, descrição e conclusão.

3.13.2 - A disponibilização das imagens e do laudo poderá ser realizada em meio físico ou eletrônico. A CONTRATADA deverá disponibilizar os laudos e respectivas imagens em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data da realização do exame. Sempre que solicitado pelo paciente, a CONTRATADA deverá disponibilizar as imagens e laudo em meio físico.

3.13.3 - No caso de telerradiologia, a assinatura deverá ser com certificação digital do médico no padrão ICP-Brasil ou outro padrão legalmente aceito e que foi emitido em modalidade de telemedicina.

3.14 - Visita Técnica

3.14.1 - A CONTRATANTE realizará visitas às instalações dos serviços interessados visando emitir parecer técnico sobre os aspectos relativos às condições de atendimento, capacidade instalada, segurança, aparelhagem, corpo funcional e técnico, em consonância aos critérios exigidos na legislação e itens elencados no edital.

3.14.2 - A capacidade instalada será estimada levando-se em consideração a carga horária dos profissionais, o número de equipamentos, o tempo de atendimento proposto pelo prestador, a duração do procedimento preconizada ou estimada pelo Ministério da Saúde, Associação/Colégio de Especialidade, Órgão de Classe e/ou literatura.

3.14.3 - A visita técnica será realizada seguindo roteiro, conforme anexo - Roteiro de Visita Técnica.

3.14.4 - Os critérios de análise e o roteiro de visita poderão ser alterados para incluir as novas legislações que possam surgir, bem como para adequação às alterações das legislações até o presente momento aplicadas no credenciamento.

3.15 - Critérios e Práticas de Sustentabilidade

3.15.1 - Quando cabível, a contratada deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

3.16 - Padrão de Qualidade e Desempenho

3.16.1 - Deverão ser atendidos, no mínimo neste sentido:

- a) As especificações para o(s) serviço(s) previstas no presente Documento;
- b) Cumprimento dos prazos, horários e locais para os serviços previstos no presente no documento;
- c) Cumprir com as obrigações dispostas no presente documento;
- d) Cumprir com a documentação, quando cabível, dispostas no presente documento.

ANEXOS

ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () Sim () Não

Joinville, ____ de ____ de ____.

ANEXO II - SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Solicitamos o Credenciamento, conforme Edital de Credenciamento para empresa especializada para realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica - Grupo 02, Diagnóstico por Radiologia - Subgrupo 04, conforme o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS, no Município de Joinville, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com as Tabelas de Procedimentos e Valores, condições e exigências do edital de credenciamento. Temos pleno conhecimento que o deferimento do credenciamento/habilitação se dará após sua análise técnica e legal.

Código	Descrição	Indicar os procedimentos ofertados
02.04.01.001-2	DACRIOCISTOGRAFIA	
02.04.01.003-9	RADIOGRAFIA BILATERAL DE ORBITAS (PA + OBLIQUAS + HIRTZ)	
02.04.01.004-7	RADIOGRAFIA DE ARCADA ZIGOMATICO-MALAR (AP+ OBLIQUAS)	
02.04.01.005-5	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	
02.04.01.006-3	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	
02.04.01.007-1	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLÍQUA / BRETTON + HIRTZ)	
02.04.01.008-0	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	
02.04.01.009-8	RADIOGRAFIA DE LARINGE	
02.04.01.010-1	RADIOGRAFIA DE MASTOIDE / ROCHEDOS (BILATERAL)	
02.04.01.011-0	RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLIQUA)	
02.04.01.012-8	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	
02.04.01.014-4	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	
02.04.01.015-2	RADIOGRAFIA DE SELA TURSICA (PA + LATERAL + BRETTON)	
02.04.01.017-9	RADIOGRAFIA PANORAMICA	
02.04.01.019-5	SIALOGRAFIA (POR GLANDULA)	
02.04.02.003-4	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	
02.04.02.004-2	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	
02.04.02.005-0	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINAMICA	
02.04.02.006-9	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	
02.04.02.007-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	
02.04.02.008-5	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	
02.04.02.009-3	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	
02.04.02.010-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACOLOMBAR	
02.04.02.011-5	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACOLOMBAR DINAMICA	
02.04.02.012-3	RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	
02.04.03.006-4	RADIOGRAFIA DE CORACAO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL)	
02.04.03.007-2	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	
02.04.03.008-0	RADIOGRAFIA DE ESOFAGO	
02.04.03.009-9	RADIOGRAFIA DE ESTERNO	
02.04.03.010-2	RADIOGRAFIA DE MEDIASTINO (PA E PERFIL)	
02.04.03.011-0	RADIOGRAFIA DE PNEUMOMEDIASTINO	
02.04.03.012-9	RADIOGRAFIA DE TORAX (APICO-LORDORTICA)	
02.04.03.013-7	RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA + INSPIRAÇÃO + EXPIRAÇÃO + LATERAL)	

02.04.03.014-5	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA)	
02.04.03.015-3	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	
02.04.03.017-0	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	
02.04.04.001-9	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	
02.04.04.002-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO-CLAVICULAR	
02.04.04.003-5	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	
02.04.04.004-3	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESTERNO-CLAVICULAR	
02.04.04.005-1	RADIOGRAFIA DE BRACO	
02.04.04.006-0	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	
02.04.04.007-8	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	
02.04.04.008-6	RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	
02.04.04.009-4	RADIOGRAFIA DE MAO	
02.04.04.010-8	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	
02.04.04.011-6	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)	
02.04.04.012-4	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	
02.04.05.001-4	CLISTER OPACO C/ DUPLO CONTRASTE	
02.04.05.011-1	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP + LATERAL / LOCALIZADA)	
02.04.05.012-0	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	
02.04.05.013-8	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	
02.04.05.014-6	RADIOGRAFIA DE ESTOMAGO E DUODENO	
02.04.05.015-4	RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRANSITO)	
02.04.05.017-0	URETROCISTOGRAFIA	
02.04.05.018-9	UROGRAFIA VENOSA	
02.04.06.003-6	ESCANOMETRIA	
02.04.06.006-0	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	
02.04.06.007-9	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO SACRO-ILIACA	
02.04.06.008-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	
02.04.06.009-5	RADIOGRAFIA DE BACIA	
02.04.06.010-9	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	
02.04.06.011-7	RADIOGRAFIA DE COXA	
02.04.06.012-5	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	
02.04.06.013-3	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + AXIAL)	
02.04.06.014-1	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + OBLIQUA + 3 AXIAIS)	
02.04.06.015-0	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	
02.04.06.016-8	RADIOGRAFIA DE PERNA	
02.04.06.017-6	RADIOGRAFIA PANORAMICA DE MEMBROS INFERIORES	
	QUANTIDADE (MÊS)	

Para fins de pagamento, informamos abaixo dados bancários:

Banco:

Nº da Agência:

Nº da Conta-corrente:

Para fins de contato, informamos abaixo e-mail e telefones:

E-mail:

Telefones:

Para fins de assinatura do Contrato, informamos abaixo dados do representante legal:

Nome:

RG:

CPF:

Joinville, ____ de ____ de ____.

Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sua aceitação aos preços praticados no edital de credenciamento nº _____, estando também ciente que o reajuste será concedido na mesma proporção em que houver sido atualizada a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM - SIGTAP/SUS.

Joinville, ____ de ____ de ____.

Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA estar ciente que deverá iniciar os serviços em todos os seus termos em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de serviço eletrônica, DECLARA ainda estar ciente que deverá dispor de instalações, aparelhamento e pessoal à perfeita execução do objeto. Em caso de dispensa, substituirá por profissional do mesmo nível e com qualificação compatível, sempre com a ciência da Secretaria da Saúde.

Telerradiologia: () sim () não

Relação de profissionais que atuarão no credenciamento:

Nome completo	Categoria profissional e Nº Registro	Especialidade e Nº Registro	Carga Semanal no CNES	Horária Cadastrada	Carga Disponibilizada para o Credenciamento	Horária Semanal para o	Telerradiologia (em caso de médicos que emitirão laudo)
							() sim () não

Relação de equipamentos:

Equipamento	Quantidade	Descrição / Marca / Modelo
Equipamento de Raio X		

Joinville, ____ de ____ de ____.

Diretor, Sócio-Gerente ou Representante

ANEXO V - ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA EM CLÍNICAS DE RADIOLOGIA

Credenciamento de Prestadores dos Serviços de Saúde para realização de Diagnóstico por Radiologia. Este roteiro é um orientador dos itens que serão verificados durante a visita técnica, porém não limita as exigências previstas nas legislações vigentes, complementares e alterações.			
1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO			
Nome empresarial:			
CNES:			
CNPJ:			
Endereço:			
Telefone:			
E-mail:			
Análise documental:			
Alvará Sanitário válido?	() Sim	() Não	Avaliar prazo e atividades previstas
Inscrição do estabelecimento no CRM válida?	() Sim	() Não	Avaliar prazo e atividades previstas
Médico R.T. inscrito e regular no CRM/SC e com RQE em SC, conforme edital	() Sim	() Não	Avaliar RQE conforme estabelecido na equipe mínima
Em caso de laudo presencial, médicos assistentes inscritos e regulares no CRM/SC e com RQE em SC conforme edital	() Sim	() Não	() Não se aplica
Em caso de telerradiologia, médicos assistentes inscritos e regulares no CRM e com RQE, conforme edital	() Sim	() Não	() Não se aplica
Técnicos em radiologia com o registro profissional junto ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia	() Sim	() Não	
Médicos e técnicos em radiologia devidamente cadastrados no CNES?			Verificar especialidade e carga horária
Cadastro no CNES atualizado?	() Sim	() Não	Verificar equipamentos e serviço classificação
Laudos serão emitidos por Telerradiologia	() Sim	() Não	
Se sim, há Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura do paciente	() Sim	() Não	
Se sim, os laudos possuem assinatura com certificação digital do médico no padrão ICP-Brasil ou outro padrão legalmente aceito e que foi emitido em modalidade de telemedicina.	() Sim	() Não	() Não se aplica
Observações:			
Equipamentos:			
Equipamento de raios-X	() Sim	() Não	Quantidade:
Carro de emergência	() Sim	() Não	() Não se aplica
Itens carro de emergência	() Sim	() Não	() Não se aplica
Cânulas orofaríngeas (Guedel)	() Sim	() Não	() Não se aplica
Desfibrilador Externo Automático (DEA)	() Sim	() Não	() Não se aplica

Fonte (fixa ou cilindro) de oxigênio com máscara aplicadora e umidificador,	() Sim	() Não	() Não se aplica
Oxímetro de pulso	() Sim	() Não	() Não se aplica
Ventilador manual do tipo balão auto inflável com reservatório e máscara	() Sim	() Não	() Não se aplica
Seringas, agulhas e equipo para aplicação endovenosa, Escalpe, butterfly e intracatch (com todo o material para introdução)	() Sim	() Não	() Não se aplica
EPI para atendimento das intercorrências (luvas, máscaras e óculos)	() Sim	() Não	() Não se aplica
Medicamentos para atendimento de parada cardiorrespiratória e anafilaxia (adrenalina, água destilada, dexametasona, diazepam, dipirona, glicose, hidrocortisona, prometazina, soro fisiológico).	() Sim	() Não	() Não se aplica
Observações:			
Capacidade instalada:			
Procedimentos por mês, levando em consideração quantidade de equipamentos, número de profissionais, tempo de processamento dos equipamentos, proposta da empresa, horário de atendimento. Será considerado, no mínimo, 10 minutos para cada exame.			
Eventuais limitações ou restrições:			
Conclusão:			
Apto ao credenciamento	() Sim	() Não	
Equipe responsável pela visita técnica:			
Responsável pelo estabelecimento que acompanhou a visita técnica:			

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para o credenciamento, a estimativa das quantidades serão obtidas, de modo geral, considerando-se o edital de credenciamento anterior (7218684), ajustando a demanda de alguns procedimentos conforme Sistema Integrado de Gestão (SIG).

4.2 - A quantidade estimada é de 57.129 (cinquenta e sete mil, cento e vinte e nove) exames de radiologia para um período de 12 (doze) meses e 114.258 (cento e quatorze mil duzentos e cinquenta e oito) para 24 (vinte e quatro) meses de atendimento, conforme Tabela de Procedimentos abaixo.

Código	Descrição	Quantidade/ 12 meses	Quantidade/ 24 meses
02.04.01.001-2	DACRIOCISTOGRAFIA	62	124
02.04.01.003-9	RADIOGRAFIA BILATERAL DE ORBITAS (PA + OBLIQUAS + HIRTZ)	7	14
02.04.01.004-7	RADIOGRAFIA DE ARCADEA ZIGOMATICO-MALAR (AP+ OBLIQUAS)	18	36
02.04.01.005-5	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	29	58
02.04.01.006-3	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	2.209	4.418
02.04.01.007-1	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLÍQUA / BRETTON + HIRTZ)	72	144
02.04.01.008-0	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	189	378
02.04.01.009-8	RADIOGRAFIA DE LARINGE	18	36
02.04.01.010-1	RADIOGRAFIA DE MASTOIDE / ROCHEDOS (BILATERAL)	9	18
02.04.01.011-0	RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLIQUA)	7	14
02.04.01.012-8	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	87	174
02.04.01.014-4	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	1.039	2.078
	RADIOGRAFIA DE		

02.04.01.015-2	SELA TURSICA (PA + LATERAL + BRETTON)	30	60
02.04.01.017-9	RADIOGRAFIA PANORAMICA	471	942
02.04.01.019-5	SIALOGRAFIA (POR GLANDULA)	12	24
02.04.02.003-4	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	1.220	2.440
02.04.02.004-2	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	1.444	2.888
02.04.02.005-0	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINAMICA	277	554
02.04.02.006-9	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	6.119	12.238
02.04.02.007-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	1.914	3.828
02.04.02.008-5	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	316	632
02.04.02.009-3	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	1.510	3.020
02.04.02.010-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	2.033	4.066
02.04.02.011-5	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA	218	436
02.04.02.012-3	RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	146	292
02.04.03.006-4	RADIOGRAFIA DE CORACAO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL)	9	18
02.04.03.007-2	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	182	364
02.04.03.008-0	RADIOGRAFIA DE ESOFAGO	137	274
02.04.03.009-9	RADIOGRAFIA DE ESTERNO	31	62
02.04.03.010-2	RADIOGRAFIA DE MEDIASTINO (PA E PERFIL)	2	4
02.04.03.011-0	RADIOGRAFIA DE PNEUMOMEDIASTINO	1	2
02.04.03.012-9	RADIOGRAFIA DE TORAX (APICO-LORDOTICA)	12	24
02.04.03.013-7	RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA + INSPIRAÇÃO + EXPIRAÇÃO + LATERAL)	265	530
02.04.03.014-5	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA)	190	380
02.04.03.015-3	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	12.048	24.096
02.04.03.017-0	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	298	596
02.04.04.001-9	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	143	286
02.04.04.002-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO-CLAVICULAR	111	222
02.04.04.003-5	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	188	376

02.04.04.004-3	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESTERNO-CLAVICULAR	51	102
02.04.04.005-1	RADIOGRAFIA DE BRACO	210	420
02.04.04.006-0	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	98	196
02.04.04.007-8	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	431	862
02.04.04.008-6	RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	669	1.338
02.04.04.009-4	RADIOGRAFIA DE MAO	2.628	5.256
02.04.04.010-8	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	970	1.940
02.04.04.011-6	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)	1.143	2.286
02.04.04.012-4	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	672	1.344
02.04.05.001-4	CLISTER OPACO C/ DUPLO CONTRASTE	23	46
02.04.05.011-1	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP + LATERAL / LOCALIZADA)	47	94
02.04.05.012-0	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	29	58
02.04.05.013-8	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	481	962
02.04.05.014-6	RADIOGRAFIA DE ESTOMAGO E DUODENO	77	154
02.04.05.015-4	RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRANSITO)	1	2
02.04.05.017-0	URETROCISTOGRAFIA	73	146
02.04.05.018-9	UROGRAFIA VENOSA	3	6
02.04.06.003-6	ESCANOMETRIA	68	136
02.04.06.006-0	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	1.965	3.930
02.04.06.007-9	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO SACRO-ILIACA	446	892
02.04.06.008-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	824	1.648
02.04.06.009-5	RADIOGRAFIA DE BACIA	1.661	3.322
02.04.06.010-9	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	1.368	2.736
02.04.06.011-7	RADIOGRAFIA DE COXA	349	698
02.04.06.012-5	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	3.567	7.134
02.04.06.013-3	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + AXIAL)	1.684	3.368
02.04.06.014-1	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + OBLIQUA + 3 AXIAIS)	1.005	2.010
02.04.06.015-0	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	2.696	5.392
02.04.06.016-8	RADIOGRAFIA DE PERNA	800	1.600
02.04.06.017-6	RADIOGRAFIA PANORAMICA DE MEMBROS INFERIORES	17	34

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são: concurso, processo seletivo, licitação e credenciamento.

5.1.1 - As modalidades concurso e processo seletivo tem impacto em relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece critérios e normas para a gestão responsável das finanças públicas, incluindo gastos com folha de pagamento. Outro impeditivo para tais modalidades é em relação à implantação de estruturas físicas e tecnológica de radiologia, o que além de onerar ainda mais o município, traria maior morosidade na disponibilidade dos serviços aos pacientes devido a necessidade da construção de estruturas físicas e aquisição dos equipamentos; assim, tais alternativas são inviáveis técnica e economicamente;

5.1.2 - A terceira possibilidade a ser analisada é a licitação, que consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual a administração escolhe a proposta mais vantajosa; este procedimento se desenvolve através de atos administrativos vinculativos entre o licitante e o poder público oferecendo iguais condições a todos interessados, que desejam contratar com a administração pública. Para o objeto da presente contratação, tal modalidade é totalmente inviável pois esta caracteriza-se pela contratação de 1 (um) único prestador, e devido ao grande quantitativo de procedimentos a serem executados anualmente, não é tecnicamente possível que apenas um prestador execute todos os procedimentos elencados no presente processo;

5.1.3 - Acerca do credenciamento, este consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual todos os interessados que preencham os requisitos do edital podem ser contratados. Tal modalidade tem como vantagem a possibilidade de contratação de vários prestadores para um único objeto, ou seja, contratação paralela e não excludente, onde empresas localizadas em diversas regiões do município se prontificam a realizar os exames, facilitando o acesso dos pacientes aos serviços, sendo possível a realização dos procedimentos com menores deslocamentos, criando-se uma rede de serviços que possibilitará a territorialização dos atendimentos.

5.1.4 - Considerando as soluções de mercado supra elencadas e os elementos apresentados em cada opção, demonstra-se de forma inequívoca, que a modalidade de credenciamento universal é a única opção que atende as demandas do município. É importante destacar que a competição se torna inviável devido ao grande volume de procedimentos a serem contratados, além necessidade de dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, o que possibilitará a implementação da territorialização dos atendimentos.

5.1.5 - Registra-se que a modalidade Credenciamento está prevista no inciso I do artigo 115 da Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), aprovada pelo Decreto n.º 51.742/2022 (0015231852), e, diante do cenário exposto, caracteriza-se o interesse da Administração Municipal em contratar um maior número de prestadores de serviço.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Para o credenciamento, a estimativa dos valores foram obtidos considerando os valores do edital de credenciamento anterior (7218684).

6.2 - O valor estimado é de R\$ 909.268,64 (novecentos e nove mil duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para um período de 12 (doze) meses, e 1.818.537,28 (um milhão oitocentos e dezoito mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos) para 24 (vinte e quatro) meses de atendimento, conforme tabela de valores abaixo.

Código	Descrição	Quantidade/ 12 meses	Quantidade/ 24 meses	Tabela SIGTAP (R\$)	Complemento	Valor Unitário (R\$)	Valor/ 12 meses (R\$)	Valor / 24 meses (RS)
					Municipal (R\$)			
02.04.01.001-2	DACRIOCISTOGRAFIA	62	124	48,85	65,70	114,55	7.102,10	14.204,20
02.04.01.003-9	RADIOGRAFIA BILATERAL DE ORBITAS (PA + OBLIQUAS + HIRTZ)	7	14	8,38	6,92	15,30	107,10	214,20
02.04.01.004-7	RADIOGRAFIA DE ARCADEA ZIGOMATICO-MALAR (AP+ OBLIQUAS)	18	36	6,96	8,39	15,35	276,30	552,60
02.04.01.005-5	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	29	58	8,38	6,92	15,30	443,70	887,40
02.04.01.006-3	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	2.209	4.418	6,88	8,47	15,35	33.908,15	67.816,30
02.04.01.007-1	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL + OBLÍQUA / BRETTON + HIRTZ)	72	144	9,15	6,10	15,25	1.098,00	2.196,00
02.04.01.008-0	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	189	378	7,52	7,83	15,35	2.901,15	5.802,30

02.04.01.009-8	RADIOGRAFIA DE LARINGE	18	36	5,74	9,66	15,40	277,20	554,40
02.04.01.010-1	RADIOGRAFIA DE MASTOIDE / ROCHEDOS (BILATERAL)	9	18	9,03	6,22	15,25	137,25	274,50
02.04.01.011-0	RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLIQUA)	7	14	7,2	8,15	15,35	107,45	214,90
02.04.01.012-8	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	87	174	8,38	6,92	15,30	1.331,10	2.662,20
02.04.01.014-4	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN + MN + LATERAL + HIRTZ)	1.039	2.078	7,32	8,03	15,35	15.948,65	31.897,30
02.04.01.015-2	RADIOGRAFIA DE SELA TURSICA (PA + LATERAL + BRETTON)	30	60	7,2	8,15	15,35	460,50	921,00
02.04.01.017-9	RADIOGRAFIA PANORAMICA	471	942	9,03	27,17	36,20	17.050,20	34.100,40
02.04.01.019-5	SIALOGRAFIA (POR GLANDULA)	12	24	48,85	65,70	114,55	1.374,60	2.749,20
02.04.02.003-4	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	1.220	2.440	8,33	6,97	15,30	18.666,00	37.332,00
02.04.02.004-2	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO / FLEXAO)	1.444	2.888	8,19	7,11	15,30	22.093,20	44.186,40
02.04.02.005-0	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL / DINAMICA	277	554	10,29	4,91	15,20	4.210,40	8.420,80
02.04.02.006-9	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	6.119	12.238	10,96	4,24	15,20	93.008,80	186.017,60
02.04.02.007-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	1.914	3.828	14,9	0,10	15,00	28.710,00	57.420,00
02.04.02.008-5	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA FUNCIONAL / DINAMICA	316	632	16,88	0	16,88	5.334,08	10.668,16
02.04.02.009-3	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	1.510	3.020	9,16	6,09	15,25	23.027,50	46.055,00
02.04.02.010-7	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	2.033	4.066	9,73	5,52	15,25	31.003,25	62.006,50
02.04.02.011-5	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINAMICA	218	436	15,58	0	15,58	3.396,44	6.792,88
02.04.02.012-3	RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	146	292	7,8	7,55	15,35	2.241,10	4.482,20
02.04.03.006-4	RADIOGRAFIA DE CORACAO E VASOS DA BASE (PA + LATERAL)	9	18	9,05	6,20	15,25	137,25	274,50
02.04.03.007-2	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	182	364	8,37	6,93	15,30	2.784,60	5.569,20
02.04.03.008-0	RADIOGRAFIA DE ESOFAGO	137	274	19,24	22,81	42,05	5.760,85	11.521,70
02.04.03.009-9	RADIOGRAFIA DE ESTERNO	31	62	7,98	7,32	15,30	474,30	948,60
02.04.03.010-2	RADIOGRAFIA DE MEDIASTINO (PA E PERFIL)	2	4	8,73	6,57	15,30	30,60	61,20
02.04.03.011-0	RADIOGRAFIA DE PNEUMOMEDIASTINO	1	2	27,27	0	27,27	27,27	54,54
02.04.03.012-9	RADIOGRAFIA DE TORAX (APICO-LORDORTICA)	12	24	5,56	9,89	15,45	185,40	370,80
02.04.03.013-7	RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA + INSPIRAÇÃO + EXPIRAÇÃO + LATERAL)	265	530	14,32	0,73	15,05	3.988,25	7.976,50
02.04.03.014-5	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA)	190	380	12,02	3,13	15,15	2.878,50	5.757,00
02.04.03.015-3	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	12.048	24.096	9,5	5,75	15,25	183.732,00	367.464,00
02.04.03.017-0	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	298	596	6,88	8,47	15,35	4.574,30	9.148,60
02.04.04.001-9	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	143	286	6,42	8,98	15,40	2.202,20	4.404,40
02.04.04.002-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ACROMIO-CLAVICULAR	111	222	7,4	7,95	15,35	1.135,90	2.271,80
02.04.04.003-5	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESCAPULO-UMERAL	188	376	7,4	7,95	15,35	2.885,80	5.771,60
02.04.04.004-3	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO ESTERNO-CLAVICULAR	51	102	7,4	7,95	15,35	782,85	1.565,70
02.04.04.005-1	RADIOGRAFIA DE BRACO	210	420	7,77	7,58	15,35	3.223,50	6.447,00

02.04.04.006-0	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	98	196	7,4	7,95	15,35	1.504,30	3.008,60
02.04.04.007-8	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	431	862	5,9	9,50	15,40	6.637,40	13.274,80
02.04.04.008-6	RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	669	1.338	5,62	9,83	15,45	10.336,05	20.672,10
02.04.04.009-4	RADIOGRAFIA DE MAO	2.628	5.256	6,3	9,10	15,40	40.471,20	80.942,40
02.04.04.010-8	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	970	1.940	6	9,40	15,40	14.938,00	29.876,00
02.04.04.011-6	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (TRES POSICOES)	1.143	2.286	7,98	7,32	15,30	17.487,90	34.975,80
02.04.04.012-4	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	672	1.344	6,91	8,44	15,35	10.315,20	20.630,40
02.04.05.001-4	CLISTER OPACO C/ DUPLO CONTRASTE	23	46	47,76	46,89	94,65	2.176,95	4.353,90
02.04.05.011-1	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN (AP + LATERAL / LOCALIZADA)	47	94	10,73	4,47	15,20	714,40	1.428,80
02.04.05.012-0	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN AGUDO (MINIMO DE 3 INCIDENCIAS)	29	58	15,3	0	15,30	443,70	887,40
02.04.05.013-8	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	481	962	7,17	8,18	15,35	7.383,35	14.766,70
02.04.05.014-6	RADIOGRAFIA DE ESTOMAGO E DUODENO	77	154	35,22	46,88	82,10	6.321,70	12.643,40
02.04.05.015-4	RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRANSITO)	1	2	47,59	46,96	94,55	94,55	189,10
02.04.05.017-0	URETROCISTOGRAFIA	73	146	52,11	65,69	117,80	8.599,40	17.198,80
02.04.05.018-9	UROGRAFIA VENOSA	3	6	57,4	65,70	123,10	369,30	738,60
02.04.06.003-6	ESCANOMETRIA	68	136	7,77	7,58	15,35	1.043,80	2.087,60
02.04.06.006-0	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	1.965	3.930	7,77	7,58	15,35	30.162,75	60.325,50
02.04.06.007-9	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO SACRO-ILIACA	446	892	7,77	7,58	15,35	6.846,10	13.692,20
02.04.06.008-7	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	824	1.648	6,5	8,90	15,40	12.689,60	25.379,20
02.04.06.009-5	RADIOGRAFIA DE BACIA	1.661	3.322	7,77	7,58	15,35	25.496,35	50.992,70
02.04.06.010-9	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	1.368	2.736	6,5	8,9	15,40	21.067,20	42.134,40
02.04.06.011-7	RADIOGRAFIA DE COXA	349	698	8,94	6,36	15,30	5.339,70	10.679,40
02.04.06.012-5	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	3.567	7.134	6,78	8,57	15,35	54.753,45	109.506,90
02.04.06.013-3	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + AXIAL)	1.684	3.368	7,16	8,19	15,35	25.849,40	51.698,80
02.04.06.014-1	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + OBLIQUA + 3 AXIAIS)	1.005	2.010	9,29	5,96	15,25	15.326,25	30.652,50
02.04.06.015-0	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	2.696	5.392	8,94	6,41	15,35	41.383,60	82.767,20
02.04.06.016-8	RADIOGRAFIA DE PERNA	800	1.600	8,94	6,36	15,30	12.240,00	24.480,00
02.04.06.017-6	RADIOGRAFIA PANORAMICA DE MEMBROS INFERIORES	17	34	9,29	5,96	15,25	259,25	518,50
	TOTAL	57.129	114.258				909.268,64	1.818.537,28

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Para atender a necessidade da contratação da Administração, que consiste na disponibilização de exames de radiologia para os usuários do SUS, após a análise das soluções de mercado elencadas no subitem 5-Levantamento de Mercado e considerando-se as elementos dispostos em cada opção, demonstra-se que a única solução para atendimento ao interesse público envolvido é o "Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica - Grupo 02, Diagnóstico por Radiologia - Subgrupo 04, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS, acrescido de complemento do Município". Importante destacar que em tal modelo de contratação, para a prestação dos serviços, as futuras credenciadas são responsáveis inclusive pela manutenção e assistência técnica relacionada aos equipamentos necessários para a execução dos serviços, exigências estas que inclusive são descritas no presente estudo, dentre as obrigações da

contratada.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - Trata-se de processo para credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica - Grupo 02, Diagnóstico por Radiologia - Subgrupo 04, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS, acrescido de complemento do Município.

8.2 - Considerando que exames de imagem são uma das principais ferramentas para prevenir, diagnosticar e apoiar abordagens terapêuticas.

8.3 - Considerando que a radiografia é o exame de imagem mais antigo e comum, além de ser relativamente seguro, de baixo custo e não invasivo.

8.4 - Considerando que o exame de radiografia é um procedimento muito utilizado para avaliação de estruturas ósseas, dentes, órgãos e estruturas internas, além de guiar procedimentos intervencionistas, como biópsias e cirurgias.

8.5 - Considerando a dificuldade em encontrar prestadores que ofereçam todos os tipos de exames de radiografia.

8.6 - Considerando que o objeto se trata de um serviço contínuo.

8.7 - Considerando que o contrato terá prazo de execução de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por até 10 anos.

8.8 - Desta forma, o objeto é divisível e pode ser executado por diferentes prestadores habilitados no edital de credenciamento.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 - Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se suprir o setor da saúde com a contratação de ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde da população.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - A Secretaria da Saúde dispõe de servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do serviço a ser prestado, confirmado por meio do acompanhamento dos contratos oriundos do Edital de Credenciamento Nº 390/2020 (7830269)

10.2 - A Secretaria da Saúde dispõe de sistema que permite acompanhar a execução dos serviços.

10.3 - Serão indicados membros para fiscalização dos contratos. Em atendimento ao princípio da segregação de funções, observar-se-á que os membros da elaboração da fase preparatória não atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes. Ademais, esclarecemos que foi realizada pesquisa nas Atas de Registro de Preços dos Consórcios com o mesmo objeto da presente requisição de compras, porém, não foi possível localizar processo com objeto semelhante que atendesse as especificações técnicas dessa Secretaria de Saúde. Em termos de interesse público, a Administração deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Para tomar a decisão acerca da viabilidade e interesse público em participar ou aderir a uma Ata de Registro de Preços dos Consórcios é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, mas se as condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município, ou mesmo o completo atendimento pelo Consórcio do que determina à Lei para a fase preparatória, licitatória e executiva. Ainda, existem questões técnicas de processamento e apresentação da produção para o Ministério da Saúde que, muitas vezes, não são atendidas por meio da adesão de consórcios.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

13.1 - Identificação de riscos - Probabilidade (P):

- a) Nível 1: Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento.
- b) Nível 1: Má execução contratual.

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

13.2 - Análise de riscos - Impacto (I):

- a) Nível 4: Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento.
- b) Nível 4: Má execução contratual.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

13.3 - Avaliação de riscos - Probabilidade (P) * Impacto (I):

- a) Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do

impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Médio.

b) Má execução contratual - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Médio.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

13.4 - Tratamento de riscos:

a) Possibilidade de não haverem interessados no credenciamento:

Medidas: Mitigar/Transferir - a pesquisa de preços deverá considerar eventual possibilidade de oscilação da variação de preços, evidenciando os valores praticados atualmente no mercado, com vistas a prevenir não haverem interessados no credenciamento.

b) Má execução contratual:

Medidas: Mitigar/Transferir - instruir o processo de requisição de compras, da melhor maneira possível, com todos os elementos necessários, para que não reste dúvida ao(s) contratado(s), sobre os requisitos da contratação, bem como suas obrigações e sanções decorrentes da futura contratação.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

14.1 - Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		Trata-se do modelo vigente.
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

14.1 - Com base nas informações obtidas ao longo deste estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento conclui que o credenciamento se apresenta como a única solução capaz de atender ao interesse público, às necessidades da Secretaria da Saúde e à demanda dos usuários do SUS. Ressalta-se que a viabilização de um modelo competitivo é impraticável, dada a imprescindibilidade de contar com a maior rede possível de prestadores de serviços. Essa abordagem permitirá a implementação da territorialização dos atendimentos e a formação e o fortalecimento de uma rede integrada de serviços de saúde.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Soethe de Quadros, Coordenador(a)**, em 19/05/2025, às 19:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Franci Maiara Machado, Gerente**, em 20/05/2025, às 08:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25509263** e o código CRC **D18113B1**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

24.0.088956-7

25509263v4